

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Ata da 6ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia

Ao décimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e vinte, às dezesseis horas e quinze 1 2 minutos, iniciou-se a sexta plenária, em caráter ordinário e realizada virtualmente, do 3 décimo oitavo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Participaram nessa ocasião: Adinete Souza da Costa Mezzalira, Alessandra Santos de Almeida, Ana Paula Soares da 4 5 Silva, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Dalcira Pereira Ferrão, Fabián Javier 6 7 Marín Rueda, Isabela Saraiva de Queiroz, Izabel Augusta Hazin Pires, Katya Luciane 8 de Oliveira, Maria de Jesus Moura, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Marina de Pol Poniwas, Marisa Helena Alves, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Norma Celiane 9 Cosmo, Rodrigo Acioli Moura, Tahiná-Khan Lima Vianey. Ana Sandra Fernandes 10 Arcoverde Nóbrega começa a reunião saudando as participantes e estabelecendo em 11 conjunto com o plenário qual será o teto máximo da reunião e informa que Célia 12 Zenaide da Silva e Losiley Alves Pinheiro não puderam participar por motivos de força 13 maior. As justificativas foram aceitas pelo plenário. 1. RELATÓRIO DE 14 15 ATIVIDADES DO CFP - 13 A 17/04/2020. Miraci Mendes, Coordenadora Geral do CFP, explica que esse ponto é de prestação de contas das atividades do CFP na semana 16 de treze a dezessete de abril de dois mil e vinte, como já vem acontecendo nas últimas 17 plenárias. Ela comenta que não fará a leitura do relatório das atividades, que é bastante 18 extenso, uma vez que ele foi enviado a todas. Ela sugere que, quem ainda não tenha 19 20 lido, faça a leitura, e caso tenha dúvidas, faça os questionamentos no grupo do plenário, para que eles sejam sanados. Encaminhamentos: a) Haverá realização de Plenárias 21 todas as sextas-feiras, até que se encerrem os pontos remanescentes; b) Após a 22 23 discussão dos pontos remanescentes, as reuniões passarão a acontecer quinzenalmente; c) Caso exista alguma questão urgente, a Diretoria convocará uma Plenária para discutir 24 25 o ponto específico. 2. ATAS 3ª E 4ª PLENÁRIAS - XVIII PLENÁRIO DO CFP. Fabián Javier Marín Rueda comenta que é necessário aprovar as atas da terceira e quarta 26 Plenárias. Ele comenta que essas atas foram enviadas a todas previamente para leitura. 27 28 Encaminhamentos: Atas da terceira e quarta Plenárias aprovadas por unanimidade. 3. 29 ADIAMENTO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS ÉTICOS - DE MAIO PARA JUNHO. Marisa Helena Alves comenta que os julgamentos dos processos 30 31 éticos que já haviam sido distribuídos para os conselheiros, previstos para serem

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

julgados em maio, foram adiados para o mês de junho, e que não haverá distribuição de 32 33 mais processos enquanto o país estiver passando por esse período de pandemia. 34 Encaminhamentos: a) suspensão dos julgamentos aprovada pelo plenário; b) a distribuição de processos será retomada quando as plenárias presenciais forem 35 reestabelecidas. 4. REGIMENTO INTERNO CRP 24. Ana Sandra informa ao 36 37 plenário que o CFP recebeu do CRP 24 uma solicitação de publicação do Regimento 38 Interno da sua Sede e Seção. Frente a isso, Ana Sandra destaca que o CFP precisa de uma relatora e que as áreas técnicas irão fazer seus pareceres. Encaminhamento: 39 Marisa Helena Alves foi escolhida pelo plenário como relatora deste processo. 5. 40 AVALIAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS. Katya Luciane de Oliveira comenta 41 42 que os testes "As Pirâmides Coloridas de Pfister - Atualização de normas" foram analisados pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica, conforme previsto na 43 Resolução CFP 09/2018. Katya procede à leitura do parecer do relator. 44 **Encaminhamento:** a) Atualização de normas aprovada por unanimidade. 45 46 APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE A CONPAS. Norma Celiane Cosmo relembra que na primeira reunião plenária de janeiro de dois mil e vinte, 47 o plenário solicitou um estudo sobre a CONPAS (Comissão Nacional de Psicologia na 48 Assistência Social). Após a apresentação do estudo, na reunião Plenária de março de 49 50 dois mil e vinte, criou-se um grupo de trabalho para tratar desse assunto, fazendo parte dele: Norma Cosmo, Célia Zenaide, Dalcira Ferrão e Neuza Guareschi. Norma comenta 51 que o GT fez duas reuniões para avaliar normativas, propostas do CNP, número de 52 reuniões da CONPAS no último triênio, produções e dificuldades relacionadas. Com 53 54 base nesses estudos, o GT elaborou uma proposta para avaliação do Plenário. Norma 55 procede à leitura da proposta, que resumidamente caracteriza-se pela criação de uma comissão para discussão de políticas públicas em geral, e não apenas sobre a Assistência 56 57 Ela menciona que essa nova comissão deverá ter atribuições precisas de cumprimentos de deliberações do plenário do CFP, se restringindo às deliberações do 58 59 CNP e do plenário do CFP. Norma ressalta que essa nova comissão terá papel articulador frente às políticas públicas, de produção de orientações para a categoria, de 60 incidência junto a gestores. É preciso estabelecer um fluxo administrativo preciso para 61 essa nova comissão. Neuza Guareschi destaca que, apesar de a comissão ter como foco 62 63 a assistência social, percebeu-se que ela está estritamente relacionada a outras políticas, especialmente com o sistema jurídico brasileiro. Dalcira Ferrão comenta que uma das 64 dificuldades levantadas para o funcionamento da CONPAS no formato antigo, era a 65 indicação de pessoas dos regionais para ocupar as vagas. Frente a isso tentaram pensar 66 em um formato que contemplasse a pluralidade por meio da indicação de um 67 representante por região geográfica do Brasil. Fabián se posiciona favorável à proposta 68 de recomposição feita pelo grupo de trabalho, mas faz duas ponderações e demonstra 69 sua preocupação sobre trocar o nome da comissão, e ainda sobre alterar o foco da 70 comissão da assistência social para políticas públicas, pois ela passaria a abranger 71 72 pautas diversas, que podem coincidir com pautas de outras comissões, como a da CDH/CFP (Comissão de Direitos Humanos). Ele menciona que, na opinião dele, o 73

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

ideal seria manter o nome e o vínculo com a Assistência Social. Ana Sandra registra sua preocupação, que vai no mesmo sentido da opinião do Fabián, e pede que o grupo reconsidere a alteração do nome e mantenha o foco na Assistência Social. Antonio Virgílio Bittencourt Bastos faz alguns questionamentos técnicos a respeito da CONPAS, reconhece que há problema no funcionamento dela, bem como nos resultados produzidos e nos seus custos operacionais. Ele questiona ainda qual seria o papel que essa comissão teria, por exemplo, com o CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas). Dalcira explica como foi feita a discussão no grupo de trabalho que levou a essa reformulação da nova comissão, mas ela ressalta que a Assistência Social perpassa por outras políticas públicas. Neuza também defende esse novo formato e exemplifica com as orientações retiradas do CNP, onde todos os pontos nos quais a Assistência Social foi citada, ela sempre está articulada com outra política. Alessandra Santos de Almeida comenta que entende a proposta do grupo, mas pede que ponderem a real necessidade de fazer essas mudanças drásticas nessa comissão, especialmente nesse momento de fragilidade que o país está vivendo, e bem quando a assistência social está sendo uma das áreas mais convocadas no cenário político brasileiro. Maria de Jesus Moura pontua que a CONPAS foi bastante estudada, e seu formato foi o fato que mais inviabilizou seu trabalho. Maria de Jesus pontua que, caso seja feita uma mudança na CONPAS, para ela, esse é o melhor momento, pois caso ela seja muito demandada, nesse formato que ela está hoje, ela não conseguirá atingir seu resultado satisfatoriamente. Rodrigo Acioli Moura assinala que ele está de acordo com as considerações do Fabián e questiona a possibilidade de essa nova comissão atuar como uma comissão "gestora" para recepcionar as demandas, e depois disso distribuir para as outras comissões. Ana Sandra explica como e porquê a CONPAS foi criada, e elucida que ela é uma comissão do CFP, uma vez que regimentalmente a APAF não pode ter comissões. Ela sugere que se mantenha a comissão, seguindo as regras de composição propostas pelo grupo de trabalho. Encaminhamentos: a) O GT deve continuar trabalhando na proposta de alteração do regimento da CONPAS; b) A Comissão continuará sendo de Assistência Social; c) O plenário aprovou a proposta do GT de uma Comissão mais enxuta, com cinco representantes, um de cada região, e um representante do CFP, na função de Coordenador da Comissão; d) o plenário deve fazer indicações de nomes para compor, um para cada região geográfica, para que o plenário faca a votação e escolha numa próxima plenária; d) A representante do CFP será a Neuza Guareschi. 7. INFORME: FINANÇAS CFP - 1º TRIMESTRE DE 2020. Norma apresenta ao plenário como foi a execução financeira do CFP no primeiro trimestre de 2020. Foi apresentado o saldo das contas Cota-Parte, Cota-Revista, Fundo de Seções, Fundo de Sustentabilidade e Fundo Devolução de Anuidades; bem como suas despesas previstas e o fluxo de caixa projetado para dois mil e vinte. Rodrigo questiona se, caso seja aprovado um dos PLs que está em tramitação no Congresso, que prevê a isenção do pagamento das anuidades até final de dois mil e vinte e um, se o CFP sobreviveria. Antonio Netto, Gerente Administrativo e Financeiro do CFP, responde que o CFP não teria como se sustentar. Outras questões foram levantadas por alguns

74 75

76

77

78 79

80

81

82

83 84

85

86

87 88

89

90

91 92

93

94 95

96 97

98 99

100101

102103

104105

106

107

108 109

110

111

112113

114

115

No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

conselheiros e sendo sanadas por Norma . Encaminhamentos: não houve. 116 PROCESSO ELEITORAL 2022. Miraci relembra que conforme orientação das 117 Comissões Eleitorais de 2019, se faz necessária a revisão do Regimento Eleitoral para o 118 próximo pleito Eleitoral do Sistema Conselhos. O ponto foi pautado na APAF de 119 dezembro de dois mil e dezenove, solicitando a formação de Grupo de Trabalho para o 120 121 processo eleitoral, porém o ponto não foi discutido. Considerando o Regimento 122 Eleitoral, e o artigo sessenta e seis da Resolução CFP 16/2018, o Regimento Eleitoral não pode sofrer alteração pelo período de um ano antes do dia das eleições. Frente a 123 124 isso. Miraci relembra que a APAF de maio dois mil e vinte não será realizada devido a Pandemia do Coronavírus, e como existe um trâmite burocrático, ritos e prazos 125 126 regimentais, especialmente no tocante à licitação para contratação de empresa para realização da eleição, ela pede que o plenário debata e decida ações possíveis, 127 considerando o tempo que o grupo de trabalho teria para estudar e realizar as devidas 128 alterações no Regimento Eleitoral. Rodrigo questiona se esse grupo de trabalho não 129 130 pode ser composto ad referendum da APAF. Alessandra pergunta se os prazos se mantêm mesmo nesse estado da pandemia que o país está passando, e sugere que seja 131 feito um estudo jurídico sobre isso. Além disso pontua sua preocupação em seguir a 132 sugestão do Rodrigo, em compor o grupo ad referendum, e estar voltando numa decisão 133 134 anteriormente tomada, que é a oficialização da instância APAF. Miraci sugere que esse 135 assunto seja levado, por meio da Ana Sandra, Presidente do CFP, para a reunião de presidentes, para ser discutido lá, sob a ótica da excepcionalidade. Ana Sandra deve 136 137 levar o assunto já com uma proposta do CFP. Rodrigo relembra que existem prazos legais para realização de licitações para as eleições, e que esta licitação depende 138 139 também do regimento eleitoral. Ele sugere que o CFP, tendo o poder de decisão por lei, 140 decida o que entender cabível, para não ter problemas futuros. Ana Sandra sinaliza sua preocupação no sentido de que as discussões que estão sendo feitas pelo CFP com os 141 presidentes dos regionais são feitas por meio dos whatsapp, então esse meio não é 142 143 reconhecido oficialmente. Assim, Ana Sandra sugere que seja chamada uma reunião oficial dos presidentes com o CFP, a fim de definir o que será feito em relação a isso. 144 Após novas ponderações do plenário, Antonio Virgílio sugere que seja convocada uma 145 APAF virtual, com um único ponto de pauta, para debater e decidir sobre esse assunto. 146 147 **Encaminhamentos:** Ana Sandra irá levar esse assunto para o grupo de presidentes do CRP, e sugerir a convocação de uma APAF virtual, com pauta única, para discutir 148 revisão do Regimento Eleitoral para o próximo pleito Eleitoral do Sistema Conselhos. 149 9. MINUTA DE PL QUE DETERMINA AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO A 150 DIVULGAÇÃO 151 DE **SERVICOS TELEFÔNICOS DESTINADOS** ATENDIMENTO GRATUITO E SIGILOSO DE PESSOAS EM SOFRIMENTO 152 PSÍQUICO, ENQUANTO DURAR A EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA. 153 Cleonice Dorneles, Assessora Parlamentar do CFP, informa ao plenário que em 154 155 dezesseis de abril, o gabinete do Deputado David Miranda (PSOL-RJ) enviou Minuta de Projeto de Lei, que modifica a Lei 13.979/2020, para determinar aos meios de 156 comunicação a divulgação de serviços telefônicos destinados ao atendimento gratuito e 157

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

sigiloso de pessoas em sofrimento psíquico, enquanto durar a emergência de saúde 158 pública decorrente do coronavírus. Foi enviada junto da minuta de PL, a matéria, em 159 inglês, "O impacto psicológico da quarentena e como reduzir: revisão rápida das 160 evidências", sobre o surto do coronavírus, escrita pelo Departamento de Psicologia da 161 escola de Medicina, King's College, de Londres, no Reino Unido. Cleonice destaca que 162 163 o gabinete tem procurado o CFP constantemente, em busca de um parecer sobre esse 164 PL, para que ele, Deputado David Miranda, possa dar andamento ao projeto. Encaminhamentos: a) O Plenário indicou três conselheiras, Anna Carolina Lo Bianco 165 Clementino, Isabela Saraiva de Queiroz e Izabel Augusta Hazin Pires para elaborarem 166 uma avaliação do PL, que será enviada ao Deputado David Miranda; b) a Gerência 167 168 Técnica do CFP deve preparar subsídios para a elaboração do parecer. INFORME: AÇÕES DA CDH/CFP - JANEIRO A ABRIL/2020. Maria de Jesus 169 comenta que esse é um ponto constante de prestação de contas das ações da CDH/CFP. 170 Ela apresentou rapidamente as ações realizadas de janeiro a abril de dois mil e vinte. 171 172 Maria de Jesus fez um destaque para a sugestão do Boletim informativo mensal da 173 CDH/CFP, que será uma mídia com aprofundamentos narrativos, textos curtos ou 174 entrevistas por escrito, além das ações complementares como "lives", "podcasts" ou debate online relativo aos temas do boletim e datas do mês de referência. Maria de 175 176 Jesus apresentou os temas que serão trabalhados no próximo mês de maio de dois mil e 177 vinte. Encaminhamentos: a) a "live" dos Povos Indígenas será realizada dia vinte e três de abril de dois mil e vinte; b) a "live" das Mulheres será realizada dia vinte e nove 178 179 de abril de dois mil e vinte; c) a "live" das Crianças será realizada em data a ser definida 180 ainda, assim que houver o posicionamento de Marina de Pol Poniwas. A reunião 181 plenária foi encerrada às dezenove horas e dez minutos. Esta ata foi lavrada por mim, 182 Fabián Javier Marín Rueda, Conselheiro-Secretário, e assinada por todos os presentes 183 nomeados.

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



Documento assinado eletronicamente por Ana Sandra Fernandes Arcoverde, Conselheira Presidente, em 09/05/2022, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Adinete Sousa Da Costa Mezzalira**, **Conselheira(o)**, em 10/05/2022, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Conselheira(o), em 10/05/2022, às 20:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o), em



16/05/2022, às 02:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tahina-Khan Lima Vianey**, **Conselheira(o)**, em 20/05/2022, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539</u>, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura**, **Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de</u> 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 26/05/2022, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por Marisa Helena Alves, Conselheira(o), em 26/05/2022, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Katya Luciane De Oliveira**, **Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o), em 26/05/2022, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Norma Celiane Cosmo, Conselheira(o),** em 27/05/2022, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539,</u> de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi**, **Conselheira(o)**, em 09/06/2022, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Ana Paula Soares Da Silva, Conselheira(o), em 14/06/2022, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Maria De Jesus Moura, Conselheira(o), em 04/07/2022, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o), em 27/07/2022, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Fabian Javier Marin Rueda, Usuário Externo, em 04/09/2022, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?



■ <u>acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0</u>, informando o código verificador **0543377** e o código CRC **7AE66C93**.

Referência: Processo nº 576600004.000128/2020-66

SEI nº 0543377